



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 12/2010 -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

**PONTO ÚNICO - REVISÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS TAXAS MUNICIPAIS  
REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO E  
RESPECTIVA TABELA DE TAXAS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO  
HOSPITAL**-----

**D.A.G.F./DOC'S.1, 2 e 3**

----- O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção propondo à Câmara Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Pina Martins, um homem nascido em Penalva de Alva, figura ilustre deste concelho, que com a sua obra tem dimensão Nacional e Europeia, realçando a sua dedicação à cultura, e bem assim a doação de milhares de livros para a criação de uma biblioteca na sua freguesia natal. -----

**----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, devendo a presente deliberação ser comunicada à família.-----**

-----Na sequência da deliberação camarária de 22 de Fevereiro do corrente ano, foi presente pelo Presidente da Câmara a proposta de Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e bem assim ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e respectiva Tabela de Taxas e Tarifas do Município de Oliveira do Hospital, tendo solicitado ao Director do Departamento de Administração Geral e Finanças que prestasse alguns esclarecimentos relativamente aos documentos em análise. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças deu conta que os documentos objecto de discussão são precisamente os mesmos que foram apresentados aos senhores vereadores em reunião da Câmara Municipal acima mencionada, uma vez que não se registou qualquer participação pública no decurso do período de inquérito público, pelo que se mantém a proposta apresentada na altura e que foi publicada no Diário da República e que está colocada à discussão. Explicou ainda que a metodologia seguida em relação à sessão da Assembleia Municipal, uma vez que o timing era muito apertado, foi agendar o assunto para a Assembleia Municipal com a condição de que, se hoje forem efectuadas alterações, serem amanhã facultadas aos deputados da Assembleia Municipal para que as equacionem juntamente com os documentos que já receberam e que estiveram a inquérito público. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu ainda que a proposta apresentada continua a ter por base a estrutura apresentada pela Sociedade de Advogados, lamentando no entanto que as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

adaptações a que esta foi sujeita tivessem que ter sido efectuadas pelos serviços da autarquia, uma vez que aqueles profissionais não cumpriram alguns dos prazos estipulados para o efeito. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças lembrou que a mudança mais significativa é a filosofia que altera radicalmente a cobrança que estava a ser efectuada de taxas por apreciação, e de taxas por deferimento dos pedidos, salientando que, apesar das alterações que foram efectuadas à tabela das taxas, mantém-se na proposta que foi alvo de inquérito público. Deu ainda conta que da parte dos serviços administrativos da autarquia há ainda um trabalho acrescido que é preciso realizar no que se refere aos serviços das Obras Particulares, uma vez que é o sector em que essa dicotomia de cobrança por apreciação e por deferimento terá mais ênfase, sendo que a partir de agora quem apresentar um projecto de obras terá que vir munido de uma importância considerável, e que até agora não trazia porque a licença só era paga aquando do deferimento do pedido. -----

-----Interveio o Vereador José Carlos Mendes que começou por referir que aquando da primeira análise e aprovação dos documentos em apreço não se apercebeu que o documento anexo à proposta em análise, referente à fixação de valores/tempo, havia sido alterado numa determinada área radicalmente relativamente ao que os Advogados tinham proposto, nomeadamente nos tempos. Mais referiu que daquilo que depreendeu das explicações tecidas pelos advogados, na altura, e que daquilo que já leu, este Regulamento de Taxas, nos termos da lei, deve reportar uma indicação dos custos da análise dos processos que entram na Câmara Municipal, devendo as taxas respeitar essa situação. Disse igualmente que da análise que agora efectuou, mais aprofundada, verificou que, para chegar ao valor que anteriormente os munícipes pagavam reduziu-se no tempo, de maneira a que resultasse no valor que eles pagavam, afirmando que na sua perspectiva era mais correcto que se pagasse a taxa social para se chegar esse valor. Referiu ainda reconhecer que, neste momento, será muito complicado efectuar estas alterações. Disse assim não concordar com as referidas alterações por entender que desta forma, se a Câmara Municipal, no próximo ano, ou daqui a dois anos, quiser alterar o valor de algumas das taxas constantes na tabela não o poderá fazer, ou então só o poderá fazer com base nos valores por inflação, que é aquilo que o Regulamento define. Lembrou no entanto que, se as taxas tivessem sido adaptadas de forma diferente, ou seja, com custo social, a Câmara Municipal, se assim o entendesse, já o poderia fazer. Salientou ainda que, face à proposta actual, os munícipes não compreenderão se daqui por dois, três, ou quatro anos, se faça novo regulamento e se altere totalmente a quantidade de tempo gasto na apreciação de um pedido, admitindo no entanto ter cometido uma falha pelo facto de não ter efectuado uma apreciação mais aprofundada aos documentos em análise, aquando da primeira discussão sobre o assunto. Reconheceu igualmente que o Vereador Mário Alves tinha razão quando focou que o documento apresentado na altura não respeitava aquilo que tinha sido apresentado anteriormente. Justificou essa falha no facto do documento ter sido entregue tardiamente e bem assim no facto de ter sido dito na altura que dispunham de um período de 30 dias para apresentarem quaisquer propostas de alteração ao mesmo, discordando da forma como foi desenvolvido todo este processo. -----

-----O Presidente da Câmara referiu concordar com a posição ora assumida pelo Vereador José Carlos Mendes, sublinhando que, já na altura, teve a percepção de que o documento em causa iria gerar uma grande especulação junto da opinião pública, por isso propôs as necessárias alterações. -

-----O Vereador José Carlos Mendes frisou que não teria sido tão especulativo para a opinião pública se se tivesse aplicado a taxa social. -----

-----O Presidente da Câmara disse reconhecer que se tratou de um processo muito complexo, lembrando a necessidade da Câmara Municipal tomar hoje uma decisão relativamente aos documentos em apreciação face aos timing's para a sua remissão à Assembleia Municipal, pois caso contrário poderá colocar em causa a cobrança das taxas pelo Município de Oliveira do Hospital a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

partir de 1 de Maio do corrente ano, independentemente da sua publicação em Diário da República.

-----O Vereador José Carlos Mendes disse ainda que, na sua opinião, o único problema que vê é que a Câmara Municipal, aprovando o documento da forma como ele se apresenta, só poderá mexer nele, de outra forma, se for elaborado um novo Regulamento, referindo que, mesmo alterando o documento em análise, é de opinião que não se devem alterar os valores que se pagam actualmente, muito significativamente. Referiu igualmente que não é sua intenção inviabilizar a proposta apresentada, sugerindo no entanto que se faça a alteração/rectificação ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e Tabela de Taxas com base na aplicação de uma Taxa Social. -----

-----O Presidente da Câmara questionou o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças relativamente à possibilidade de se efectuarem as referidas alterações, atendendo ao prazo de que a Câmara Municipal dispõe para remeter os documentos à Assembleia Municipal. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças disse crer que será possível, lembrando no entanto que este procedimento modificará o documento que foi anteriormente enviado aos deputados da Assembleia Municipal. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara esteve ainda presente o seu Adjunto, Francisco Rodrigues, que teceu algumas explicações/ apreciações face à proposta de alteração apresentada pelos Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, e bem assim quanto à possibilidade de reproduzir novamente os documentos, reformulando a proposta em causa, para que, em tempo útil, possam ser remetidos à Assembleia Municipal. -----

-----O Vereador Mário Alves interveio referindo que não quer, nem pretende participar nesta “trapalhada”, sublinhando que “isto é uma trapalhada que não tem ponta por onde se lhe pegue. E eu avisei atempadamente, até porque foi desvirtuada a discussão que aqui tivemos acerca deste documento. Deixámos determinadas linhas orientadoras e o executivo em permanência esteve-se nas “tintas” para as linhas orientadoras que aqui definimos. Porque aquilo que agora o senhor vereador José Carlos Mendes está a levantar, foi exposto na altura, foi dito que deveriam ser consideradas as Taxas Sociais, foi dito ainda que poderia ser um processo evolutivo no sentido das taxas e nada disso foi respeitado. E portanto, eu não participo nesta “trapalhada” muito sinceramente.” -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referindo que “quem recebeu o dinheiro deveria ter feito o trabalho bem feito, e não o fez, e não fui eu que os escolhi, como outros os escolheram. Se calhar com outros municípios estas trapalhadas não se davam”, lembrando que a Câmara Municipal aprovou estes documentos em tempo devido. Disse igualmente que “isto é que o senhor vereador deveria referir, porque por exemplo a Câmara Municipal de Seia aprovou estes documentos ainda no mandato anterior. E no caso do Município de Oliveira do Hospital também, já poderiam estar aprovados, e o senhor não o fez por causa de não fazer “trapalhadas”. O Senhor não quis fazer “trapalhadas”, até porque foi o senhor quem contratou as pessoas para fazer este trabalho, e o que demonstra aqui, claramente, é que quem deveria ter feito o trabalho não o fez e deixou-o para os outros”. Admitiu no entanto que poderá efectivamente ter existido alguma “trapalhada” no desenvolvimento de todo este processo. Referiu contudo que “há aqui uma responsabilidade das pessoas a quem pagaram e que não fizeram o trabalho de acordo com as indicações dadas”. Sublinhou ainda que houve no entanto outros Municípios que realmente fizeram o trabalho em tempo oportuno, e não o deixaram para os executivos que foram eleitos em Outubro”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “o Senhor está há seis meses nesta casa e não há seis dias”, salientando que “a “trapalhada” existe porque intrometeu pessoas no processo que não estavam por dentro da filosofia do processo e que adulteraram o processo todo, e isso foi-lhe dito em devida altura. E o senhor agora quer “enxotar para cima de quem não tem responsabilidade, a responsabilidade.” Lembrou ainda que “os Advogados estiveram aqui numa reunião connosco,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

dissemos aquilo que entendíamos sobre a matéria, e portanto todo este processo estava devidamente encadeado e foi completamente desvirtuado por pessoas que entraram no processo e que entenderam que eram especialistas em matéria de regulamentos de taxas e de licenças, e adulteraram tudo aquilo que era princípio.” Disse ainda que “se o documento que foi posto à nossa apreciação inicialmente com a respectiva tabela tivesse sido seguido com as indicações que nós aqui demos, numa reunião que foi realizada na presença dos autores do projecto, e em que foram dadas indicações, não teria a “trapalhada” que aqui tem. Referiu igualmente que “a “trapalhada” é de tal ordem que o senhor põe o documento à apreciação pública, porque era urgente, aquilo que hoje já não considera urgente, Hoje já entende que se o executivo não entender aprovar este documento, se pode fazer uma Assembleia Municipal extraordinária. E portanto, o senhor poderia ter pensado nisso desde o início, e evitada esta trapalhada toda. E portanto, o senhor fica a saber que eu continuo a dizer que, isto é uma “trapalhada” e é da sua responsabilidade, não é da responsabilidade de mais ninguém”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que também alguém gostaria que o documento inicial apresentado pelos Advogados fosse assim para discussão pública, porque ele criaria uma grande especulação, face aos valores das taxas propostas, mas isso não permitiu. Disse ainda que foi isso que levou o executivo em permanência a repensar todo o processo, perante o quadro e aquilo que estava escrito, entende que as taxas disparassem. -----

-----Interveio o Vereador José Francisco Rolo que referiu conhecer o histórico deste processo desde o anterior mandato, sublinhando que “já ouço falar no novo Regulamento e Tabela de Taxas há muitos meses, mas nunca vi nenhum documento. Mas já ouço desde o anterior mandato que era necessário rever o Regulamento e a Tabela de Taxas. Mas nunca vi nada feito, e foi muitas vezes aqui citado”. Lembrou ainda que “estive aqui numa reunião com a Sociedade de Advogados, e foi aqui apresentado, em jargão técnico, um trabalho que estava feito, e foi aquilo que aqui, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer depois por mim, foi pedido, ou seja, que fosse feita a avaliação da duração das tarefas administrativas, para aferir os custos reais e verdadeiros, até para nosso conhecimento, para saber quanto custa cada taxa de facto, sustentada pelo tempo dispendido na execução dessa tarefa, e depois foi pedido à Sociedade de Advogados apresentarem uma proposta de acordo com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara aqui nos referiu, ou seja sem haver um aumento das taxas, para sabermos qual o custo social a suportar pelo Município. E isso foi aqui dito ao Gabinete de Advogados, e pedimos dois documentos, um que fosse o custo real verdadeiro e outro que fosse o custo que iria para a tabela. E esse estudo nunca foi veio, lamento dizê-lo, mas esse estudo nunca chegou e acabou por ser feito pelo Gabinete de Apoio ao Presidente num fim-de-semana. E foi aquilo que eu aqui vos trouxe no dia 17 de Fevereiro, onde assumimos que teríamos que moderar a proposta antes apresentada para que as taxas não disparassem”. Prosseguiu, referindo que “aquilo que aqui foi assumido é que não houvesse um disparar das taxas pelos serviços prestados pelo município. Esse foi o princípio aqui assumido e esse não foi adulterado”. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu ainda que o documento que aqui foi presente para análise não apareceu só por iniciativa dos advogados, sublinhando que aquele documento já havia sido trabalhado por técnicos desta Câmara Municipal, incluindo o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças e o Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos, pessoas essas que posteriormente foram afastadas do processo. Disse igualmente que “quem tinha estado a participar em todo o processo de elaboração do documento e que, conjuntamente com os advogados chegou a determinados valores que nós considerámos serem exagerados e que por isso foi aqui feita uma proposta, clara e inequívoca, que era a aplicação de Taxa Social e a sua evolução eventualmente gradativa no processo. As pessoas desta casa que trabalharam com os advogados, deixaram de trabalhar, não fizeram mais parte do processo, e veio aqui o documento completamente adulterado.”





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Francisco Rolo disse que também esteve presente numa reunião em que estiveram presentes vários Técnicos Superiores da autarquia a discutir o documento e a componente operacional do documento, e todos eles tinham algumas reservas em relação à proposta apresentada, e bem assim em relação à interpretação da mesma, situação que pode ser confirmada pelo Dr. João Mendes. Referiu ainda que nessa reunião o Dr. João Mendes frisou que “era importante, fundamental e determinante que houvesse um período de estudo e de formação e que a Sociedade de Advogados teria que vir para implementar essa formação dada a complexidade do processo e a alteração estrutural à Tabela e Regulamento”. Disse igualmente que foi ainda solicitado aos Advogados que fosse feita uma correspondência entre aquilo que era a actual tabela, e aquela que vai entrar em vigor, trabalho esse que, apesar de ter sido pedido, também nunca foi feito, acabando por ser realizado pelo Gabinete de Apoio ao Presidente. Admitiu que o documento em apreço poderá ter algumas “entorses”, sublinhando que “quem trabalha com intensidade e tenta fazer correspondências entre a tabela anterior e a actual, tentando justificar os valores que lá estão sem os fazer disparar, provavelmente pode incorrer em algumas falhas, mas isso é natural. Agora houve aqui um conjunto de questões que foram pedidas e que não foram salvaguardadas, isso também é verdade”.-----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que já na reunião de 12 de Março se chegou à conclusão que o documento apresentado na altura havia sido alterado, razão pela qual o PPD/PSD se absteve na sua aprovação, situação que como referiu se comprova agora, salientando que “a alteração mais profunda foi hoje aqui apontada pelo senhor Vereador José Carlos Mendes”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse que, na sua opinião, a Câmara Municipal deve responsabilizar a Sociedade de Advogados por não ter apresentado os trabalhos conforme lhes foi solicitado. -----

-----Interveio o Adjunto do Presidente da Câmara dando ainda conta que o documento enviado pela Sociedade de Advogados não tinha, nem custos sociais, nem taxas de incentivo, nem taxas de desincentivo, deixando tudo ao critério da Câmara Municipal. Referiu igualmente que o documento em apreço continua a ser a base essencial do trabalho efectuado pelos Advogados, excepto algumas alterações que entendeu por bem introduzir, e as quais está disposto a defender uma a uma. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que quem decide sobre estes documentos são os sete elementos que constituem o órgão Câmara Municipal.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que não vê qualquer problema em que seja feita uma alteração aos valores constantes da tabela, passando a questão dos minutos para os valores anteriores, aplicando-lhes no final um custo social.-----

-----O Presidente da Câmara referiu concordar com a posição do Vereador José Carlos Mendes sublinhando que aquilo que a maioria decidir é aquilo que a Câmara Municipal fará. Salientou ainda que se for entendimento da Câmara Municipal de que deve haver uma nova reformulação, terá que ser feita nova reunião com vista à sua análise.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS referiram que se o documento for votado tal como está, votarão contra, pois caso contrário não levantariam estas questões. No entanto, se o documento for alterado mediante a proposta apresentada estarão disponíveis para votar favoravelmente à sua aprovação. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD referiram que a sua votação será sempre pela abstenção com apresentação de declaração de voto sobre esta matéria. -----

-----Em face do exposto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação dos documentos em apreço, incluindo as alterações propostas pelos Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, no âmbito da aplicação da Taxa Social, e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Postos os documentos em apreço à votação, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente e Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, e as abstenções dos Vereadores Mário Alves e Paulo Rocha, conforme declaração de voto apresentada, submeter a proposta de Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e bem assim ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e respectiva Tabela de Taxas e Tarifas do Município de Oliveira do Hospital, com as alterações propostas pelo membros eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos das alíneas a) e e) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

-----**POSIÇÃO/DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES ELEITOS PELO PPD/PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** -----

-----Os vereadores eleitos pelo PPD/PSD – Partido Social Democrata fizeram a seguinte declaração de voto, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----Considerando que: -----

-----Fomos confrontados, aquando da apreciação e votação da versão final dos projectos de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e de Taxas Municipais e a respectiva Tabela de Taxas, com conteúdos diferentes daqueles que haviam sido apresentados e discutidos anteriormente, o que necessariamente determinou o nosso sentido de voto à data; -----

-----Foi convocada esta reunião extraordinária, findo o período de apreciação pública destes documentos, para votação dos mesmos, sem que nos tenha sido remetida a versão que será alvo de decisão, desconhecendo-se, até ao momento do início da reunião, igualmente a existência de eventuais sugestões ou propostas de alteração apresentadas e ou solicitadas durante o período em causa;- -----

-----Não irá ser respeitado o prazo mínimo legal de 48 horas, previsto na Lei nº 5-A/2002 para a remessa de documentos aos membros da Assembleia Municipal, agendada para amanhã, impedindo dessa forma, dada a complexidade dos conteúdos dos projectos de Regulamento e Tabela de Taxas em apreço e a importância para o quotidiano dos oliveirenses, a sua adequada análise; -----

-----Os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD – Partido Social Democrata irão abster-se na votação destes documentos, reconhecendo que teriam uma posição diferente, de voto contra, caso não estivesse em causa o superior interesse do Município de Oliveira do Hospital, que numa eventual situação de não aprovação, estaria impedido de cobrar e arrecadar receitas a partir do dia 3 de Maio, com todas as consequências subjacentes.” -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 29 de Abril de 2010 -----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE 29  
DE ABRIL DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**